

Quadro Comparativo

Medida Provisória nº 1159/2023

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Altera a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 , e a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 , para excluir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS da incidência e da base de cálculo dos créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002	Art. 1º A Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º A Contribuição para o PIS/Pasep, com a incidência não cumulativa, incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.	“Art. 1º
§ 3º Não integram a base de cálculo a que se refere este artigo, as receitas:	§ 3º
XII - relativas ao valor do imposto que deixar de ser pago em virtude das isenções e reduções de que tratam as alíneas “a”, “b”, “c” e “e” do § 1º do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 ; e	XII - relativas ao valor do imposto que deixar de ser pago em virtude das isenções e reduções de que tratam as alíneas “a”, “b”, “c” e “e” do § 1º do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977 ; ^
XIII - relativas ao prêmio na emissão de debêntures.	XIII - relativas ao prêmio na emissão de debêntures; e
	XIV - referentes ao valor do ICMS que tenha incidido sobre a operação.” (NR)
Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:	“Art. 3º
§ 2º Não dará direito a crédito o valor:	§ 2º
I - de mão-de-obra paga a pessoa física; e	I - de mão^de^obra paga a pessoa física; ^
II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição.	II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição; e
	III - do ICMS que tenha incidido sobre a operação de aquisição.
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003	Art. 2º A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 , passa a vigorar com as seguintes alterações:

Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1159/2023

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, com a incidência não cumulativa, incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.	"Art. 1º
§ 3º Não integram a base de cálculo a que se refere este artigo as receitas:	§ 3º
XI - relativas ao valor do imposto que deixar de ser pago em virtude das isenções e reduções de que tratam as alíneas "a", "b", "c" e "e" do § 1º do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 ; e	XI - relativas ao valor do imposto que deixar de ser pago em virtude das isenções e reduções de que tratam as alíneas "a", "b", "c" e "e" do § 1º do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977 ; ^
XII - relativas ao prêmio na emissão de debêntures.	XII - relativas ao prêmio na emissão de debêntures; e
	XIII - referentes ao valor do ICMS que tenha incidido sobre a operação." (NR)
Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:	"Art. 3º
§ 2º Não dará direito a crédito o valor:	§ 2º
I - de mão-de-obra paga a pessoa física; e	I - de mão^de^obra paga a pessoa física; ^
II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição.	II - da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da contribuição, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pela contribuição; e
	III - do ICMS que tenha incidido sobre a operação de aquisição.
	Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:
	I - a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação quanto:
	a) ao art. 1º, na parte em que altera o inciso III do § 2º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002 ; e
	b) ao art. 2º, na parte em que altera o inciso III do § 2º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003 ; e
	II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.